

SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME									
CNPJ 92.023.159/0001-40									
Rua Irmão José Otão, 11 - Porto Alegre - RS CEP 90.035-060									
BALANÇO PATRIMONIAL FINDOS EM 2022 E 2021 (EM R\$)									
ATIVO					PASSIVO				
2022					2021				
NE's					NE's				
ATIVO					PASSIVO				
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	6a	10.879.508,63	26.724.924,84	Fornecedores	11a	15.424.555,67	6.764.122,91		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição	6a	2.705.425,72	-	Empréstimos e Financiamentos	11b	12.235.475,76	12.335.475,77		
Mensalidades a Receber	6b	26.526.819,18	26.772.748,63	Obrigações Trabalhistas	11c	16.128.191,33	13.391.639,37		
(-) Perdas Est. em Crédito de Liquidação Duvidosa	6c	(1.625.296,61)	(1.667.253,07)	Obrigações Fiscais		315.586,25	119.104,62		
Subvenção a Receber - Com Restrição	6d	8.710.245,77	15.260,80	Subvenção a Realizar - Com Restrição	11d	11.415.671,49	15.260,80		
Outras Contas a Receber	6e	6.002.775,28	3.921.102,67	Contas a Pagar	11e	116.534,78	234.415,16		
Tributos a Compensar e Recuperar		960,25	810,96	Provisões	11f	18.442.591,11	15.400.294,15		
Despesas Antecipadas	6f	6.701.403,83	-	Receitas Antecipadas	11g	23.687.678,33	21.295.679,95		
NÃO CIRCULANTE		73.222.187,96	48.324.797,23	NÃO CIRCULANTE		39.445.577,17	47.699.016,01		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.585.317,96	12.553.301,49	Empréstimos e Financiamentos	12a	32.031.628,25	44.267.304,01		
Mensalidades a Receber	7a	769.764,48	-	Subvenção a Realizar - Com Restrição	12b	3.265.261,56	-		
Depósitos Judiciais	7c	432.431,78	448.971,78	Provisões	12c	4.148.487,36	3.431.712,00		
Subvenção a Receber - Com Restrição	7b	3.265.261,56	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13a	(4.087.831,88)	(13.062.616,68)		
Títulos e Valores Mobiliários	7d	2.117.860,14	12.104.329,71	Patrimônio Social		131.842.913,91	97.123.562,18		
INVESTIMENTOS	8	9.450,09	9.450,09	Ajuste de Exercícios Anteriores		-	2.077,00		
IMOBILIZADO	9	66.575.811,19	35.680.718,81	Cisão Parcial	13b	(144.743.312,64)	(144.816.447,17)		
INTANGÍVEL	10	81.326,72	81.326,84	Superávit do Período	14	8.812.566,85	34.628.191,31		
TOTAL DO ATIVO				TOTAL DO PASSIVO				133.124.030,01 104.092.392,06	
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 2022 E 2021 (EM R\$)									
MUTAÇÕES		PATRIMÔNIO SOCIAL		CISÃO PARCIAL		SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
SALDO EM 31/12/2020		85.157.790,84		-		11.965.771,34		97.123.562,18	
Incorporação ao Patrimônio Social		12.066.152,50		-		(12.066.152,50)			
Superávit do Período		-		-		34.628.191,31		34.628.191,31	
Ajuste de Exercícios Anteriores		(100.381,16)		-		102.458,16		2.077,00	
Cisão Parcial		-		(144.816.447,17)		-		(144.816.447,17)	
SALDO EM 31/12/2021		97.123.562,18		(144.816.447,17)		34.630.268,31		(13.062.616,68)	
Incorporação ao Patrimônio Social		34.630.268,31		-		(34.630.268,31)			
Superávit do Período		-		-		8.812.566,85		8.812.566,85	
Cisão Parcial		-		73.134,53		-		73.134,53	
Troca de Manutenção		89.083,42		-		-		89.083,42	
SALDO EM 31/12/2022		131.842.913,91		(144.743.312,64)		8.812.566,85		(4.087.831,88)	
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.									
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 'MÉTODO INDIRETO' FINDOS EM 2022 E 2021 (EM R\$)									
		2022		2021					
FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		8.812.566,85		34.628.191,31					
Superávit do Período									
Ajustes por:									
Cisão Parcial		73.134,53		(144.816.447,17)					
Ajuste Exercícios Anteriores				2.077,00					
Troca de Manutenção		89.083,42							
Despesas Antecipadas		(6.701.403,83)		141.117,81					
Depreciação		8.137.759,57		6.996.892,83					
Aumento (diminuição) das Contas do Ativo e Passivo:									
Mensalidades e Contas a Receber		(8.539.507,67)		(15.295.489,49)					
(-) Perda Est. em Crédito de Liquidação Duvidosa		(41.956,46)		1.199.121,74					
Adiantamentos a Func. e Fornecedores		(1.991.220,46)		(3.323.165,18)					
Empréstimos e Financiamentos		(0,01)		11.862.142,36					
Fornecedores		8.660.432,76		5.404.566,78					
Obrigações Fiscais		196.332,34		79.802,28					
Obrigações Trabalhistas		2.736.551,96		10.117.425,12					
Subvenção a Realizar - Com Restrição		14.665.672,25		(5.853.703,42)					
Contas a Pagar		(117.880,38)		171.935,09					
Provisões		3.042.296,96		11.115.345,31					
Receitas Antecipadas		2.391.998,38		18.520.763,94					
Realizável a Longo Prazo		-		6.450.196,91					
Fornecedores - LP		(4.018.486,04)		(200.000,00)					
Provisões - LP		716.775,36		2.984.050,00					
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		Caixa gerado pelo fluxo operacional		28.112.149,53		(59.815.176,78)			
Aquisições de Imobilizado		(45.301.218,93)		(11.479.140,93)					
Vendas/Baixas de Imobilizado		6.298.085,10		51.447.998,68					
Aplicações Financeiras		9.986.469,57		11.933.711,87					
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		Caixa gerado pelo fluxo de investimento		(29.016.664,26)		51.902.569,62			
Empréstimos e Financiamentos		(12.235.475,76)		24.487.304,42					
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES		Caixa gerado pelo fluxo de financiamento		(12.235.475,76)		24.487.304,42			
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO ANO		(13.139.990,49)		16.574.697,26					
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO ANO		26.724.924,84		10.150.227,58					
		13.584.934,35		26.724.924,84					
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis									
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS									
1 - CONTEXTO OPERACIONAL "A Sociedade Meridional de Educação é uma pessoa Jurídica de direito privado inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Ofício dos Registros Especiais de Santa Maria - RS sob nº 464 do Livro A nº 5 em 03/09/1975. Entidade beneficente de Assistência Social com atividade preponderante na área da Educação, filantropia e sem fins econômicos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS conforme processo nº 89.746/53, portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, o qual foi renovado conforme Portaria do MEC nº 969 de 02/09/2021, publicado no Diário Oficial da União em 20/01/2022 com validade de 01/01/2019 a 31/12/2021, através do Processo 23000.037874/2018-55. A solicitação de renovação deste certificado foi protocolada em 26/08/2021 através do processo 23000.022002/2021-98 em tramitação no Ministério da Educação. Tem por finalidade promover, na comunidade, a educação, a assistência social, a cultura, a pesquisa, a ecologia, a qualificação profissional, a integração ao mercado de trabalho, e outras atividades beneficentes de forma integrada às políticas setoriais, visando o atendimento, o assessoramento, a defesa e garantia de direitos, podendo, para tanto, firmar contratos e parcerias. As principais atividades educacionais da Entidade compreendem o Ensino Básico (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio), prestado através dos Colégios e Escolas Maristas no estado do Rio Grande do Sul localizados nas cidades de Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Canela, Erechim, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo, Uruguaiana e Viamão, um Colégio Marista no estado de Mato Grosso localizado em Sinop e um Colégio Marista localizado em Brasília. A Entidade também atua com atividades de Assistência Social prestadas através de Centros Sociais Maristas localizados no estado do Rio Grande do Sul nas cidades de Gravataí, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul e Santa Maria. Dando continuidade à reorganização administrativa iniciada com a cisão parcial da entidade em 2021, autorizada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE ocorrida em 29 de Janeiro de 2021, a Instituição observou a necessidade de atuar nas atividades de Educação e Assistência Social e, para tanto, em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de novembro de 2021 apresentou proposta de cessão da manutenção dos estabelecimentos que se dedicam a esta atividade, para a associação congênere União Sul Brasileira de Educação e Ensino - USBEE, que sondada, manifestou interesse na operação e por consequência os Srs. Conselheiros, por unanimidade, aprovaram a proposta de cessão para a USBEE da manutenção dos seguintes Estabelecimentos, sem personalidade jurídica própria: Residência Marista do Cerreto, Centro de Formação Marista Santo Ângelo, Comunidade Marista de Uruguaiana, Comunidade Marista de Passo Fundo e Comunidade Marista Santa Marta. Em contrapartida, ficou acordado e aprovado por entender que sua atuação está em conformidade com os objetivos da Entidade que a Sociedade Meridional de Educação e Ensino - SOME assuma a manutenção dos seguintes estabelecimentos sem personalidade jurídica própria, mantidos pela União Sul Brasileira de Educação e Ensino - USBEE: Centro Social Marista de Porto Alegre; Escola de Educação Infantil Marista Renascer; Artesanato Marista Santa Isabel; Centro Social Nossa Senhora Boa Esperança; Centro Social Marista Nossa Senhora Aparecida da Aguas; Centro Social Marista Mário Quintana; Centro Marista da Juventude; Centro Social Marista Irmão Antônio Bortolini; Centro Social Marista Santa Marta, e Escola de Educação Infantil Marista Menino Jesus."					5 - AS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados: a) As receitas e despesas foram apropriadas pelo princípio de competência dos exercícios e reconhecidas nos resultados dos mesmos; b) Os direitos e obrigações da Entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais; c) Os Ativos e Passivos de até 360 dias (um ano) foram considerados como circulares; d) Os Ativos e Passivos após 360 dias (um ano) foram considerados como não circulares; e) As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, com os rendimentos financeiros reconhecidos como receita até a data do encerramento do período. 6 - ATIVO CIRCULANTE a) O caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas. Também representam saldos de recursos de convênios e parcerias para aplicação em projetos específicos. Por determinação contratual, enquanto não utilizados os recursos de convênio devem permanecer aplicados em instrumentos de liquidez imediata de baixo risco como poupança e renda fixa. As disponibilidades da Entidade só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating AAA em uma das agências internacionais (Moody's, Standard & Poor's, Fitch ou Austin) e/ou instituições controlados pelo governo federal. A Entidade deve manter no máximo 30% de suas aplicações em uma mesma instituição ou conglomerado financeiro. Em 31 de Dezembro de 2022 a Entidade mantém suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco NBC Bank S.A., Banco Ativa Investimentos e Banco Sicob. As aplicações da Entidade possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Entidade. Essas aplicações financeiras referem-se a: (a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB); (b) Aplicações automáticas (recursos creditados no último dia útil, fora do expediente bancário); (c) Os recursos com fins específicos (subvenções) aplicados em poupança. Os títulos e valores mobiliários com prazo superiores a 360 dias (um ano) estão classificados no Ativo Não Circulante na Nota Explicativa 7d."				
2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, consideradas as disposições emanadas da Lei nº 6.404/76 com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, contempladas as peculiaridades de nomenclatura de contas dada pela Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a IGT 2002 (R1) aplicável às entidades sem finalidade de lucros, em atendimento a Lei Complementar nº 187/21 no que tange o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e isenção das contribuições para a seguridade social e para as situações não previstas nesta norma, a aplicação integral dos pronunciamentos técnicos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. A Administração da Entidade autorizou a emissão e publicação das demonstrações contábeis em 25/04/2023.					b) Os valores de clientes a receber são títulos de mensalidades a receber registradas pelo valor dos boletos/faturas emitidos com base em contrato educacional curricular e complementar, além de seus aditivos, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. Os valores registrados no Ativo Circulante são títulos com vencimento até 360 dias (um ano). Acima de 360 dias (um ano) de vencimentos, os títulos foram reclassificados para o Ativo Não Circulante.				
3 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. Os livros, documentos contábeis e fiscais da Entidade são emitidos em forma eletrônica através do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.					c) A Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi calculada em valor suficiente para cobrir possíveis perdas de acordo com estimativas da Administração. Os últimos 5 anos ao ano corrente são provisionados com base no % de Inadimplência média dos colégios, já o saldo referente ao 6º ano é baixado em sua totalidade para Perdas com Inadimplimentos.				
4 - MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.					d) Subvenção a Receber - Com Restrição - Valores a receber de curto prazo referente a contratos de parcerias com entidades públicas e privadas. Quando se destinam a projetos específicos, os recursos são ingressados em bancos, conta movimento ou aplicações financeiras, tendo como contrapartida recursos de projetos no passivo circulante. Tais recursos são utilizados para pagamento dos gastos previstos nos respectivos projetos e, enquanto não utilizáveis, são aplicados no mercado financeiro; a totalidade das receitas financeiras é revertida, quando permitido, para o próprio projeto. Parceria SCFV refere-se a Serviço de Revitalização e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes com idade entre				

continuação

SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME

CNPJ 92.023.159/0001-40

Rua Irmão José Otão, 11 - Porto Alegre - RS CEP 90.035-060

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

e) Outras Contas a Receber - O grupo Outras Contas a Receber apresenta nos anos de 2022 e 2021 respectivamente a seguinte composição: - Valores a Receber corresponde a venda de Ativo Imobilizado (Veículos); - Contas a receber correspondem a créditos diversos a receber, como por exemplo Adiantamento de Seguro Educacional e valores a receber de parcerias; - Adiantamento a Fornecedores correspondem a valores repassados financeiramente para aquisição de produtos e/ou prestação de serviços; - Adiantamento a Funcionários e Férias correspondem a valores de adiantamentos para viagens, insuficiência de saldo e férias dos colaboradores; - Tributos a Compensar e Recuperar correspondem a valores de tributos pagos a maior e/ou em duplicidade, em processo de restituição juntos aos órgãos competentes.

Outras Contas a Receber	2022	2021
Total	6.003.735,53	3.921.913,63
Valores a Receber - Alienação de Bens	6.000,00	-
Contas a Receber	144.190,71	59.738,56
Adiantamentos a Fornecedores	2.086.492,71	391.417,57
Adiantamentos a Funcionários	202.432,68	200.531,84
Adiantamento a Férias	3.563.659,18	3.269.414,70
Tributos a Compensar e Recuperar	960,25	810,96

f) Despesas a Apropriar - São compostas por apropriações de Prêmio de Seguro e aquisições de Material Didático recebidos em 2022, porém com destinação para uso dos colégios para o exercício de 2023. Não havia despesas a apropriar no exercício contábil de 2021.

Despesas a Apropriar	2022	2021
Total	6.701.403,83	-
Prêmios de Seguro a Apropriar	3.283,40	-
Material Didático a Apropriar	6.698.120,43	-

**7 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

a) Negociações a receber são valores de mensalidades a receber que foram negociadas e que o seu prazo de recebimento é superior a 360 dias (um ano).

b) Os depósitos Judiciais referem-se à reclamações trabalhistas em andamento na Justiça do Trabalho. O grupo Depósitos Judiciais apresenta nos anos de 2022 e 2021 respectivamente a seguinte composição:

Depósitos Judiciais	2022	2021
Total	432.431,78	448.971,78
Depósitos Judiciais Trabalhistas	432.431,78	448.971,78

c) Subvenções a Receber - com restrição LP - Valores a receber de longo prazo referente a contratos de parcerias com entidades públicas e privadas, com prazo de recebimentos superiores a 360 dias (um ano). Parcerias Educação Infantil atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade.

Subvenções a Receber - Longo Prazo	2022	2021
Total	3.265.261,56	-
Parcerias Educação Infantil	3.265.261,56	-

d) Títulos e Valores Mobiliários LP - Aplicações financeiras com prazo de resgate superiores a 360 dias (um ano), com instituições que atendam a pelo menos um dos critérios: classificação de Rating seja AAA em uma das agências internacionais (Moody's, Standard & Poor's, Fitch ou Austin) e/ou Instituições controladas pelo Governo Federal.

Títulos e Valores Mobiliários	2022	2021
Total	2.117.860,14	12.104.329,71
Banco Safra S/A	648.819,68	221.551,39
Banco Agora S/A	-	5.496.536,40
Guide Investimentos S/A	-	1.048.648,89
Banco XP Investimentos S/A	1.469.040,46	5.337.593,03

**8 - INVESTIMENTOS**

Os Investimentos são compostos exclusivamente por ações junto à empresa Brasil Telecom.

**9 - IMOBILIZADO**

a) Os bens do Ativo Imobilizado são demonstrados pelo custo original de aquisição ou construção acrescidos de correção monetária até 31/12/1995. As imobilizações apresentam a seguinte composição com as respectivas aquisições e baixas no período de 2022:

Imobilizado	Saldo inicial	Aquisições	Baixas/Transferências	Deprec. Acumulada	Saldo Final
Benfeitorias em Propriedades Arrendadas	-	2.817.043,08	-	(9.390,14)	2.807.652,94
Equipamentos de Informática	10.860.735,09	7.637.305,90	(777.014,64)	(3.811.843,62)	13.909.182,73
Máquinas e Equipamentos	3.341.122,68	816.307,23	(191.687,39)	(608.693,03)	3.357.049,49
Móveis e Utensílios	17.714.223,51	8.078.264,62	(1.622.963,60)	(3.452.498,34)	20.717.026,19
Prédios	444.787,44	-	(2.050,14)	(6.930,98)	435.806,32
Terrenos	112.608,42	-	-	-	112.608,42
Veículos	219.926,76	835.267,29	-	(218.685,34)	836.508,71
Imobilizado em Andamento	2.987.314,91	25.117.010,81	(3.704.349,33)	-	24.399.976,39
Total	35.680.718,81	45.301.198,93	(6.298.065,10)	(8.108.041,45)	66.575.811,19

b) A partir de 01/01/2012, com base em laudo técnico, as depreciações de Prédios estão sendo calculadas em taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil. No ano de 2014 foi realizada a identificação física do patrimônio e a definição de vida útil para os itens nas contas de Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Veículos, Software e bens destinados às parcerias. Em 01/01/2022, a Entidade passou a adotar o registro e contabilização de Benfeitorias em Propriedades de Terceiros, conforme inciso IV, do artigo 179, da Lei nº 6.404, de 1976 - Lei das S/A. São melhorias, ampliação ou reforma, com expectativa de vida útil superior a 1 ano, e que a empresa possa ter benefícios econômicos em decorrência da sua utilização e o custo do ativo possa ser medido com segurança. Esse processo está validado mediante contrato de Comodato entre Sociedade Meridional de Educação e Ensino - SOME (Comodatária) e União Sul Brasileira de Educação e Ensino - USBEE (comodante). Abaixo está demonstrada a vida útil dos itens de Ativo Imobilizado:

Conta Patrimonial	Vida Útil
Benfeitorias em Propriedades Arrendadas	25 Anos
Equipamentos de Informática	10 Anos
Máquinas e Equipamentos	10 Anos
Móveis e Utensílios	10 Anos
Parcerias Equipamentos de Informática	10 Anos
Parcerias Máquinas e Equipamentos	10 Anos
Parcerias Móveis e Utensílios	10 Anos
Prédios	25 Anos
Software	5 Anos
Veículos	3 Anos

**10 - INTANGÍVEL**

O Intangível é composto por marcas e patentes e softwares. As imobilizações apresentam a seguinte composição com as respectivas aquisições e baixas no período de 2022:

Intangível	Saldo inicial	Aquisições	Baixas/Transferências	Amortização Acumulada	Saldo Final
Software	80.926,84	-	-	(29.718,12)	51.208,72
Marcas e Patentes	400,00	-	-	-	400,00
Total	81.326,84	-	-	(29.718,12)	51.608,72

**11 - PASSIVO CIRCULANTE**

a) Fornecedores - São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

b) Empréstimos e Financiamentos: Essa Rubrica é composta por recursos captados junto a terceiros com a finalidade de capital de giro e financiamentos de projetos de expansão e inovações das atividades educacionais.

Instituição Bancária	2022	2021
Total	12.235.475,76	12.235.475,77
Banco Santander Brasil S.A	7.999.999,92	7.999.999,92
Banco Alfa de Investimentos S.A.	4.235.475,84	4.235.475,85

Banco Santander S.A.: Refere-se a valor contratado de Empréstimo através do agente financeiro Banco Santander Brasil S/A. Contrato realizado com prazo total de 84 meses, sendo 24 meses de carência e 60 meses de pagamento das parcelas, durante a carência serão pagos somente encargos e a primeira parcela de amortização a partir de 12/2021 e a última em 11/2026. Juros negociados no contrato, composta por Taxa Flutuante: Juros equivalente a taxa efetiva + 100% da taxa do CDI, onde a taxa efetiva é de 0,17% am e 2,00% aa "pro rata temporis". Banco Alfa de Investimentos S.A.: Refere-se a valor contratado de FINAME-BNDES para aquisição de equipamentos em 29/09/14 através do agente financeiro Banco Alfa de Investimentos S/A. Contrato realizado com prazo total de 120 meses, sendo 24 meses de carência e 96 meses de pagamento das parcelas, durante a carência serão pagos somente encargos e a primeira parcela de amortização a partir de 11/2016 e a última em 10/2024. Juros negociados no contrato com custo efetivo total de 0,4868% am e 6,00% aa.

c) Obrigações Trabalhistas: Essa Rúbrica é composta pelas contas de salários e encargos sociais a pagar.

Obrigações Trabalhistas	2022	2021
Total	16.128.191,33	13.391.639,37
Salários a Pagar	9.300.347,14	7.890.639,75
Encargos Sociais a Pagar	6.827.844,19	5.500.999,62

d) Subvenção a Realizar - Com Restrição - O grupo Subvenção a Realizar apresenta nos anos de 2022 e 2021 o saldo dos contratos de parcerias firmadas com Instituições Públicas que ainda não foram realizados;

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Examinamos as demonstrações contábeis da SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO - SOME que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 16 de março de 2023.

**Audisa Auditores Associado**  
CRC/SP 25P 024298/0-3  
CVM nº 7710/04

**Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior**  
Contador CRC/RS 058.252/0-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Nós abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO (SOME), no desempenho das funções legais e estatutárias, conforme o disposto no artigo 38 e 39 do Estatuto, após examinarmos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas e os demais documentos financeiros, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, da SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCAÇÃO (SOME), tomando por base o Relatório dos Auditores Independentes, somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Porto Alegre, 13 de abril de 2023

**Sandro André Bobrzyk**  
CPF 977.887.750-53  
Conselheiro

**Rodinei Siveris**  
CPF 778.804.630-20  
Conselheiro

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2022.

**DEIVIS ALEXANDRE FISCHER**  
CPF 001.384.830-51  
PRESIDENTE

**DIEGO OLIVEIRA DA COSTA**  
CPF 017.604.440-06  
CONTADOR CRC/RS 09.9510